

V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo
I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo
15, 16 e 17 de setembro de 2010 - Rio de Janeiro/RJ

OS MOVIMENTOS NOS MERCADOS: A FORMAÇÃO DOS CIRCUITOS AGROECOLÓGICO E ORGÂNICO

Felipe José Comunello¹

Resumo

Nos anos 1990 os movimentos de agroecologia passaram a desempenhar suas lutas também nos mercados, visto que a demanda por produtos dessa natureza cresceu e expandiu as possibilidades de negócios. Tais movimentos estiveram envolvidos na regulação dos produtos e processos, o que resultou em dois grandes circuitos onde são comercializados os produtos, o agroecológico e o orgânico. Nesse artigo discuto a formação e a demarcação desses circuitos em distintivas relações sociais, simbólicas e os significados compartilhados. O artigo resulta de pesquisa de campo realizada com produtores de maçã de São Joaquim, estado de Santa Catarina. Estes se relacionam comercialmente tanto com o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, onde vendem maçã agroecológica amparados pela certificação participativa, quanto com atacadistas de São Paulo e Curitiba, onde a mesma maçã é vendida como orgânica, dispondo de certificação por auditoria externa, com selos e símbolos específicos para cada tipo de certificação. Analisamos como as intenções políticas e econômicas dos movimentos são expressas nos circuitos. Essa combinação envolve ganhos incertos; ora se pode obter prejuízo total, ora se pode obter bons lucros. Mas, lucro e prejuízo estão sempre intimamente ligados ao trabalho na produção e na política.

Palavras-chave

Mercados, movimentos sociais, circuitos agroecológico e orgânico.

¹ Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) e Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ).
Endereço eletrônico felipecomunello@yahoo.com.br.

1. Introdução

Os movimentos de agricultura alternativa dos anos 1970 contestaram os moldes de produção e consumo da moderna agricultura que então desabrochava. Nos anos 1990 boa parte do movimento de agricultura alternativa transitou para o que se pode chamar de movimentos de agroecologia². Formulações e experiências desses movimentos, em diversos projetos e lutas sociais, ganharam envergadura, tomando corpo na academia e em uma relativa adesão de agricultores. Com isso, a proposta agroecológica ganhou impulso na segunda metade da década de 1990 com sucessivos encontros, seminários e congressos estaduais e nacionais. No final dos 1990 e início dos anos 2000, apareceram também na forma de políticas públicas, como são os casos implementados na Emater do Rio Grande do Sul durante o governo Olívio Dutra (1999-2002) e na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, em 2004 no governo Lula.

Na proposta agroecológica, grosso modo, a intenção é de produzir alimentos livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos, sem o uso de sementes melhoradas geneticamente ou transgênicas, com baixo uso de derivados do petróleo, em um ambiente biodiverso, por agricultores locados em pequenas unidades. Além disso, em determinados momentos, esses movimentos pretenderam e/ou pretendem questionar muito mais do que apenas um modelo de moderno de agricultura, predominante, mas os próprios padrões da moderna sociedade. À medida que a produção e a demanda por estes produtos aumentaram, os projetando para a circulação nos mercados nacional e internacionais, ocorreu um processo de regulação, concretizado em normas de certificação dos produtos e/ou processos.

Tal processo, que implicou no deslocamento das lutas dos movimentos para ser desempenhada também nos mercados, é parte da institucionalização econômica dos movimentos sociais no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2007; GENDRON *et al*, 2009). No caso de produtos oriundos de movimentos de agroecologia, a partir de pesquisa realizada com produtores de maçã de São Joaquim,

² Para Almeida (2002), a agroecologia não pode ser considerada um movimento social no sentido estrito do termo. Contudo é comum os protagonistas da proposta agroecológica considerarem a existência de um movimento agroecológico. No nosso entendimento, o “movimento agroecológico” não é um movimento organizado, no sentido de possuir uma estruturação formal de direção, de objetivos e de outras delimitações que se encerram em tradicionais movimentos. Porém, é um conjunto amplo de variados atores sociais dispostos em diferentes maneiras específicas, que incluem desde movimentos tradicionais e organizações que os apóiam (ONGs, CPT, Pastorais, partidos de esquerda, etc) a atores sociais sem vínculos com estas organizações, mas que se envolvem por razões individuais, que nesse texto serão chamados de movimentos de agroecologia.

estado de Santa Catarina, identifiquei a formação de dois distintos circuitos onde são comercializados, o agroecológico e o orgânico. Nesse artigo, com apoio da noção de circuito de Viviana Zelizer (2005; 2006), discuto como os mesmos são formados e demarcados por relações sociais distintas, significados compartilhados, símbolos específicos, entre outras características. Mais especificamente, discuto a circulação dos produtos dos movimentos de agroecologia entre os dois circuitos.

2. A formação dos circuitos agroecológico e orgânico

Os protagonistas da proposta agroecológica chamam de movimento agroecológico um bloco que tem diversas formações específicas. Essas formações envolvem desde tradicionais movimentos sociais (MST, MAB, MMC, STRs etc) e organizações que os apóiam (ONGs, pastorais da Igreja Católica, partidos de esquerda etc), a outros atores sociais, alguns sem vínculos formais com grupos coletivos. Dentro desse bloco, para o movimento sindical rural e para os assentados no final dos anos 1980, organizar a produção, e não apenas protestar contra a concentração de terra e concentração nas cadeias de produção, era uma questão premente (MEDEIROS, 2001).

Assim, uma das principais questões colocadas era como vender os produtos fora dos mercados convencionais, onde predominam grandes empresas. Uma saída comumente encontrada foram as vendas diretas em feiras locais e regionais. Estas vendas com frequência têm sido tratadas nas análises de mercado como partes de circuitos curtos. Estes circuitos envolvem proximidade geográfica, que implica em facilidades de distribuição, transporte e gestão das vendas. Em contrapartida, o mercado convencional faz parte de circuitos longos, que se dá em longas distâncias geográficas, aumentando a complexidade das mesmas operações, e pressupõe mais recursos envolvidos (estruturas de armazenagem e distribuição, logística de transporte, etc.) e a presença de atores poderosos, capazes de coordenar esse processo, geralmente grandes redes de supermercados.

Como destacou Schmidt (2001), os produtos dos movimentos de agroecologia foram comercializados desde o início em circuitos curtos. Além da proximidade geográfica, estes implicam na identificação entre produtores e consumidores no que diz respeito à qualidade do produto e a uma opção ideológica contrária aos circuitos longos, representativos da agricultura convencional. Além disso, a preferência por circuitos curtos é, argumenta Schmidt (2001, p. 65), “ao mesmo tempo, o resultado de uma incapacidade

(quantidades e regularidade, padronização, logística, gestão) de se inserir nestes mesmos circuitos [longos]”. Uma experiência bastante conhecida de circuito curto foi a criação da Feira Ecológica da Avenida José Bonifácio em Porto Alegre pelos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado, municípios que se encontram cerca de 200 km da capital, pelo Centro Ecológico de Ipê, pela Cooperativa Coolméia e pela prefeitura de Porto Alegre, em 1989 (SCHMITT, 2003).

É comum os circuitos de feiras possuírem suas datas fixadas na semana ou no mês, de modo que quem compra e quem vende se encontra ao longo do tempo. Isso possibilita que os relacionamentos entre produtores e consumidores sejam recorrentes, propiciando o estabelecimento de regras sobre o que se desenrola na feira, e, também, o compartilhamento de representações sociais, significados simbólicos, características culturais, costumes e tradições. Essas características não são exclusividades de um ou outro tipo de venda, mas sim das relações mercantis em geral, que são estabelecidas com base em relações sociais (GRANOVETTER, 1985; ZELIZER, 2005; 2009).

Um exemplo interessante disso é expresso por Marie France Garcia (1984) em sua monografia realizada nas feiras do Brejo Paraibano, que eram freqüentadas principalmente por pequenos agricultores, ex-moradores dos engenhos da região³. A autora verificou que ao invés da freqüência à feira tornar-se uma conquista de autonomia – contrária à situação anterior de dependência do morador em relação ao senhor de engenho, já que na feira era possível que se negociasse livremente –, como era esperado por muitos, a feira mostrou-se contida por uma miríade de relações diferentes. Isso porque, como demonstrou a autora, as relações mercantis frequentemente são atualizações de outras relações sociais como vizinhança, clientela política, religiosas, etc. Assim, existiam casos em que um vendedor específico era favorecido pela constância de um comprador, que por seu turno se favorecia da qualidade, peso e preços oferecidos pelo vendedor. Além disso, era comum o comprador se favorecer de outros serviços, como deixar suas coisas com o vendedor enquanto procurava o barbeiro, por exemplo. Além disso, a autora demonstrou também que em determinados casos onde se estabelece a confiança entre o comprador e o vendedor, ocorre também o favorecimento de crédito, caracterizado como fiado.

Dessa maneira, é preciso considerar que as feiras de circuitos curtos se dão com base em relações sociais como essas. Contudo, mais do que organizar a produção e colocar os

³ Os moradores eram “trabalhadores que residiam no engenho, recebendo do patrão uma casa e um pedaço de terra onde poderiam cultivar seus produtos alimentícios no roçado (PALMEIRA, 1976 *apud* GARCIA, 1984)”.

produtos em feiras de circuitos curtos, os movimentos de agroecologia têm galgado espaço em mercados nacional e internacionais, e, podem ser vistos como parte dos chamados “Novos Movimentos Sociais Econômicos” (WILKINSON, 2007; GENDRON *et al*, 2009). Os “Novos Movimentos Sociais Econômicos” pressupõem a emergência de um movimento ou de uma mudança nas formas tradicionais de ação dos movimentos, que implica “no uso de mecanismos econômicos para responder demandas sociais” (GENDRON *et al*, 2009, p. 72, [tradução nossa]). Como afirmam Gendron *et al* (2009), esses novos movimentos passam a ter, além de uma institucionalização política, também uma institucionalização econômica. Isso envolve adaptar os mecanismos econômicos de acordo com os valores dos movimentos, pressionar os negócios em um nível sócio-político, adotar medidas de rotulagem e rastreabilidade, além da continuidade de ações tradicionais, como campanhas de conscientização e educação, por exemplo.

A institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia guarda estreita relação com um processo ocorrido a partir dos anos 1990 de regulação das diferentes formas de produção alternativa. Essa regulação deu-se em longos processos de debates sobre as formas de legitimidade dos produtos oriundos da mesma. A necessidade dessa regulação ocorreu, por um lado, devido à crescente preocupação com a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, por parte dos consumidores, principalmente diante dos riscos gerados pela Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), mais conhecida como doença da vaca louca, e pela emergência dos transgênicos. Por outro, o próprio crescimento da demanda por produtos oriundos da produção alternativa, seja pelas preocupações com estilos saudáveis de vida ou por opções ideológicas, colocou a necessidade de garantias de qualidade por sistemas peritos. Em resumo, essa regulação institucionalizou mercados para além de circuitos localizados para a produção alternativa, concretizada em normas de certificação dos produtos e/ou processos⁴.

No que tange o objeto desse artigo, uma interessante ilustração de ações implementadas no âmbito do que estamos chamando de institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia é a linha do tempo apresentada no caderno de formação 01 da Rede Ecovida de Agroecologia (Figura 01). Nela vemos que na história recente da agroecologia, são ressaltadas predominantemente entre os anos de 1994 e 2006 as ações relacionadas à regulação da produção alternativa. Ou seja, no caderno de formação, que é um material voltado principalmente para o conjunto dos integrantes da organização, é apresentada como a história recente os fatos relacionados à normatização

⁴ Para uma discussão aprofundada desse processo ver Fonseca (2005).

dos produtos para participação nos mercados. Cabe observar que essas ações sucederam um período mais relacionado a protestos sociais contra a modernização da agricultura.

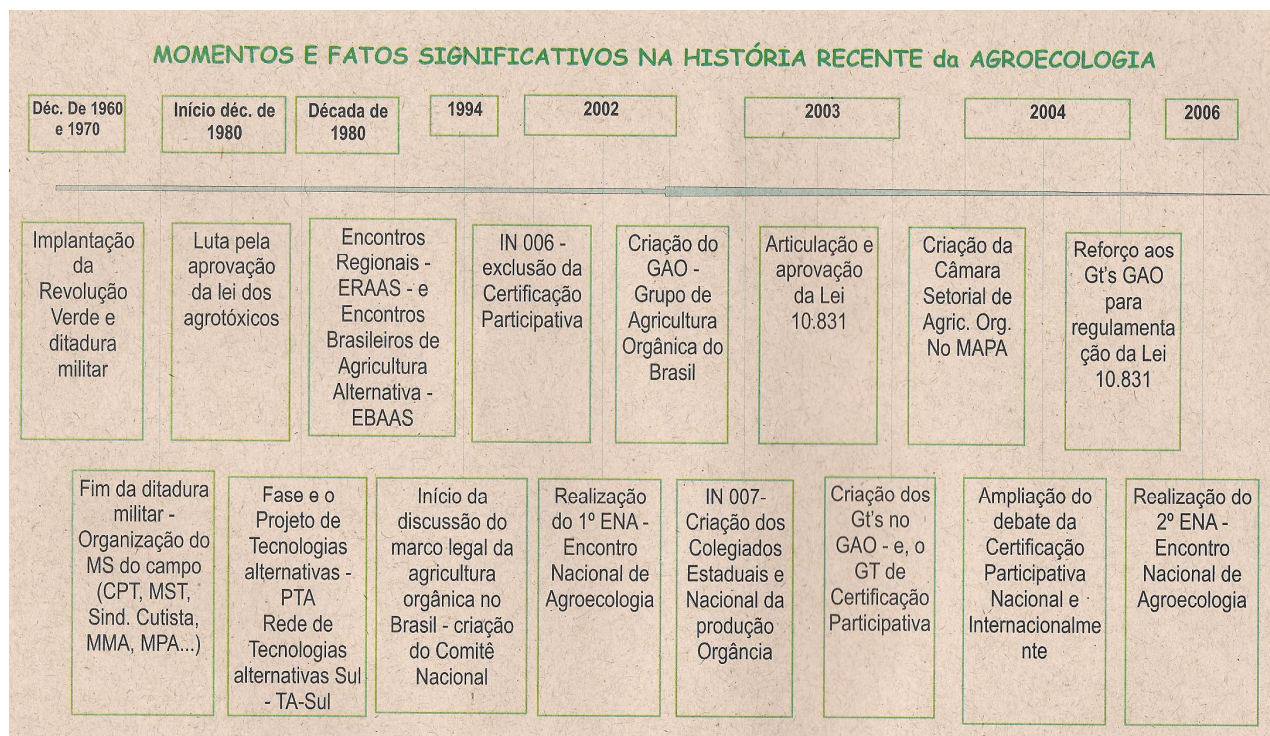


FIGURA 01. Linha do tempo, síntese da história da agroecologia elaborado pela Rede Ecovida. Fonte: Caderno de formação 01 da Rede Ecovida de Agroecologia (ARL, 2007).

A Rede Ecovida pode ser considerada como uma formação específica do bloco de movimentos sociais que compõem o chamado movimento agroecológico. Mas, mais do que isso, é possível considerar que a própria Rede Ecovida resulta desse processo de institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia, sem deixar de fazer parte de um conjunto mais amplo de ações. De acordo com o documento, “conclui-se que a Rede não nasce em 98. Nesta data inicia-se um novo formato organizacional de um movimento agroecológico no Sul do Brasil: a **Rede Ecovida de Agroecologia** (ARL, 2007, p. 11, grifos no original)”.

No nosso entendimento, é nesse processo de institucionalização que se fundam dois grandes circuitos onde se comercializam os produtos alternativos: o agroecológico e o orgânico, que se expressam fundamentalmente quanto aos modos de certificação. O primeiro está amparado na certificação participativa, postulando os princípios da agroecologia. No sul do Brasil, a criação da Rede Ecovida é um dos exemplos mais conhecidos desse tipo de circuito. O segundo está amparado na certificação por auditoria externa, regulado pelo Ministério da Agricultura, sob o signo de agricultura orgânica. De

pronto, é importante assinalar que a certificação por auditoria é comumente acusada de ser desvinculada de princípios de construção de um modelo de agricultura diferente ao da modernização, sendo apenas um processo burocrático para colocar produtos orgânicos no mercado. Enquanto a certificação participativa, “fundada sobre uma equidade e uma solidariedade partilhadas com um conjunto de *consumidores-cidadãos*, se revelaria no longo prazo mais sólida e mais irreversível que o reconhecimento apenas formal dos ‘selos’ comerciais (BYÉ *et al*, 2002, p. 86)”. Essas diferenças são expressas por Santos (2006a) da seguinte maneira:

A certificação, chamada de maneira redundante de certificação por auditoria, consiste, por definição, num procedimento de avaliação da conformidade onde um organismo de terceira parte (independente da produção e do consumo) atesta por escrito que determinado produto, processo ou serviço está de acordo com as normas ou regulamentos pré-estabelecidos. Já a geração de credibilidade consiste num processo de garantia que se dá através das relações estabelecidas, formais ou informais, entre produtores e consumidores e/ou através da organização de base e das relações em rede, consistindo no que chamamos de Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou, no caso da Ecovida, de Certificação Participativa em Rede (CPR) (SANTOS, 2006a, p. 117).

No nível das organizações, que, de acordo com essa separação, sustentam os circuitos agroecológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e orgânicos (MAPA, supermercados e agricultores empresários), existe com frequência a postulação de diferentes interesses nas relações de mercado, os primeiros buscando imprimir valores mais equitativos e solidários, os segundos buscando mais propriamente o lucro.

Estas resoluções ideológicas parecem se aproximar daquilo que Viviana Zelizer (2005) caracteriza como separação entre Mundos Hostis, realizada pelos membros dos circuitos. Para Viviana Zelizer (2005), a doutrina dos Mundos Hostis está amparada na idéia disseminada entre defensores e críticos do capitalismo de que a esfera econômica está separada da esfera sentimental. A primeira seria o lugar da racionalidade instrumental e da impessoalidade, e a segunda da intimidade e da solidariedade. Nessa doutrina, estes mundos são hostis, pois quando se “contaminam” mutuamente geram, na esfera econômica, favoritismo e ineficiência, e, na esfera sentimental, a quebra da solidariedade.

Segundo a autora, essa separação ideológica e moral resulta em um paradoxo, pois como descrição e explicação de espaços sociais concretos elas não revelam nada. A autora então sugere superar

[...] o *gap* analítico entre intimidade e impessoalidade reconhecendo a existência de laços diferenciados que atravessam situações sociais particulares. Em toda sorte de situações, das predominantemente íntimas

às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente entre vários tipos de relações interpessoais, marcando-as com nomes, símbolos, práticas e meios de troca distintivos (ZELIZER, 2005, p. 292 [tradução nossa]).

Antes de verificar esse paradoxo na situação concreta que estamos estudando, vamos procurar caracterizar o circuito da maçã agroecológica, constituído basicamente na formação da Rede Ecovida. Com a noção de circuito de Zelizer pode-se analisar como são elaborados limites bem definidos que separam membros de não-membros dos circuitos. Isso se dá por meio de relações sociais distintivas, na elaboração de sistemas comuns de contabilidade, em símbolos, meios de troca específicos e nos significados compartilhados nas relações de troca econômicas.

A Rede Ecovida foi criada inicialmente como uma rede estadual, em Santa Catarina, no ano de 1998, e depois passou a englobar os demais estados do sul do Brasil e a região sul de São Paulo. Com a divulgação dos resultados do primeiro encontro entre outros componentes dos movimentos de agroecologia, foi chamada de Rede Ecovida de Certificação Participativa, com a conseqüente criação de logomarcas (ARL, 2007). No ano seguinte realizou-se um encontro de ampliação em Lages, onde a rede passou a ser chamada de Rede Ecovida e deixou de ser apenas estadual (ARL, 2007).

Desde então são organizados os chamados encontros ampliados de dois em dois anos. De acordo com Arl (2007), resumidamente, os princípios da Rede Ecovida são: a articulação na recuperação e preservação da vida no planeta, a contribuição na construção da sustentabilidade junto ao desenvolvimento, a agroecologia como base para essa sustentabilidade, a articulação em rede (sem hierarquias), a preservação das particularidades locais e/ou regionais, ser parte ou atuar junto a agricultura familiar e camponesa e aos trabalhadores urbanos, o fortalecimento das relações de economia popular solidária na rede e junto a formas de mercado justo e solidário, a priorização da relação direta com os consumidores e a oposição a qualquer forma de opressão (econômica, política, social, de gênero ou geração).

As unidades básicas da Rede Ecovida são as famílias agricultoras, que se organizam em associações e em núcleos regionais. Para Arl (2007, p.15), os núcleos “são o principal espaço organizacional e funcional da Rede”. Os núcleos regionais comumente envolvem também ONGs, cooperativas de consumidores e pequenos comerciantes. Radomsky (2009) notou que a participação de consumidores é percebida pelos membros do núcleo que pesquisou, na região oeste de Santa Catarina, como abaixo do esperado.

As associações que formaram os primeiros núcleos são de agricultores que já as tinham constituído em tempos anteriores à criação da Rede Ecovida. A incorporação de novas famílias de agricultores ocorre em um processo de acompanhamento pelos mesmos das atividades do núcleo na região onde se encontram e o acompanhamento por técnicos vinculados ao núcleo das práticas de transição adotada. Então, a família é visitada por membros da comissão de ética do núcleo, que vistoriam as atividades em “conversão”. Depois de completado esse acompanhamento e as vistorias, a admissão da nova família à rede será concretizada com a indicação de outras duas famílias membro do núcleo e a aprovação de pelo menos dois terços de membros do núcleo.

Além de contribuir com uma anuidade relativamente baixa e de concordar com as normas da rede, é nesse aval que a nova família recebe dos membros atuais para a sua entrada que se configura a concretização da sua condição de agricultor agroecológico (ecológico ou orgânico, dependendo da linguagem utilizada em cada local). Além das normas, a nova família membro precisa também incorporar um discurso moral, que faz parte da construção da identidade dessa nova condição. Como constatou Oliveira (2008), é preciso diferenciar-se dos outros, geralmente os convencionais, constituindo uma comunidade moral, que extrapola limites geográficos.

A certificação é autorizada depois de a nova família participar formalmente da rede e de encaminhar um formulário com uma série de informações sobre a produção e a propriedade à coordenação regional. Segundo Radomsky (2009), na prática esse processo não é muito esquemático. “A certificação é fornecida desde que os agricultores participem das reuniões nas propriedades dos membros do grupo, ‘abram’ a sua propriedade de forma transparente para os outros (RADOMSKY, 2009, p. 147)”. O autor também observou algo que caminha no sentido da resolução moral pela condição que é buscada pelos novos membros da rede; esse processo se completa com a expressão de que os agricultores

[...] tenham na agroecologia uma opção de vida, como relatado muitas vezes. Portanto, a conversão desejada pelo grupo é a que preza por um ideal, não uma conversão pelo mercado, ou seja, apenas interessada nos lucros econômicos da agricultura ecológica certificada. Mas o detalhe é que durante as diferentes reuniões o tema “mercado” é essencial e sempre debatido; na realidade, é preciso entender que os agricultores falam dele como uma consequência do trabalho na agroecologia, por isso compreendem a ideia de conversão como dada pelo conjunto de valores sociais e simbólicos das práticas (RADOMSKY, 2009, p. 147)”.

Assim, vemos novamente a idéia de que “trabalhar na agroecologia” se completa quando se associa à realização no mercado. Realização que é motivada pelo conjunto de valores

vinculados principalmente à agroecologia, que, como mencionamos anteriormente quando tratamos dos princípios da Rede Ecovida, estão relacionados à sustentabilidade do desenvolvimento, a formas de mercado justo e solidário, à oposição a diversas formas de opressão, etc.

Uma das mais fortes expressões desses valores defendidos pela Rede Ecovida são os significados de seu símbolo (Figura 02), presente na logomarca (usada em materiais como bonés, camisetas, faixas, *websites* etc.) e no selo (usado nos produtos certificados). Segundo Arl (2007), a mão sobre o planeta se refere à idéia de proteção; o planeta Terra porque se trata de um movimento planetário; a planta germinando localiza o movimento no sul do Brasil e em construção permanente; e a mão segurando o planeta é a idéia da sustentação, continuidade e conservação (“ecologia em todo o lugar, e com os humanos presentes, como parte da natureza”).



FIGURA 02. Logomarca da Rede Ecovida.

Fonte: www.ecovida.org.br

Esse conjunto de valores, ou resoluções morais, está presente na organização do circuito agroecológico da Rede Ecovida. Tal circuito tornou-se mais estruturado com a organização do Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida, em meados de 2006⁵. Essa nova estruturação pode ser vista como um passo a mais na institucionalização econômica dos movimentos sociais ligados à agroecologia. Além da certificação participativa e da distribuição dos produtos nas feiras dos núcleos, as novas normas e o sistema de transportes permitem a circulação dos produtos entre as várias feiras e pontos de venda da rede em toda a região sul do país.

Segundo Magnanti (2008), esta nova estruturação funciona com base em sete estações-núcleos (Erechim/RS, Lages/SC, Curitiba/PR, Lapa/PR, Palmeira/PR, Jesuítas/PR, Porto União/SC) e dez subestações (Passo Fundo/RS, São Mateus do Sul/PR, Lapa/PR, Palmeira/PR, Castro/PR, Cerro Azul/PR, Morretes/PR, Torres/RS, Praia Grande/SC,

⁵ De acordo com Magnanti (2008) as associações e cooperativas que estavam presentes nesse momento eram a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS), a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) e a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo (SP).

Florianópolis/SC). Segundo o autor, nas estações ou nas subestações são realizadas reuniões mensais para discutir a política do circuito, planejar as ações, discutir os preços praticados e acertar as transações efetuadas, e para discutir os princípios de funcionamento. Para ele, dois princípios fundamentais orientam e diferenciam esse sistema da lógica convencional de comercialização:

Em primeiro lugar, para integrar o circuito, é necessário que os alimentos ofertados para a comercialização sejam produzidos ecologicamente e que estejam certificados com selo da Rede Ecovida de Agroecologia. Também devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar, sendo produzidos em sistemas diversificados que assegurem alto nível de segurança alimentar para as famílias produtoras [...] Um segundo princípio norteador do sistema determina que as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento garante o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, o que permite a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros (MAGNANTI, 2008, p. 27).

Isso segundo o autor também reduz os custos com frete, pois os caminhões que fazem o transporte entre as estações e/ou subestações devem sempre seguir a máxima otimização, viajando sempre carregados. Outro resultado da nova estruturação é que “o mecanismo de compra e venda entre estações permite também a menor circulação de dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos” (MAGNANTI, 2008, p. 28). Além disso, em cada estação e/ou subestação uma pessoa é responsável por articular as compras dos produtores e as viagens dos caminhões de modo a reduzir ao máximo os custos operacionais. Ainda, deve encaminhar a discussão dos preços e das qualidades dos produtos entre os membros dos núcleos.

Com isso, o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida está organizado em oito rotas em funcionamento (Figura 11). Magnanti apresenta as três grandes rotas principais, as extensões e o número de famílias: “a) Erechim–Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras; b) Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias; c) Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias” (MAGNANTI, 2008, p. 28).

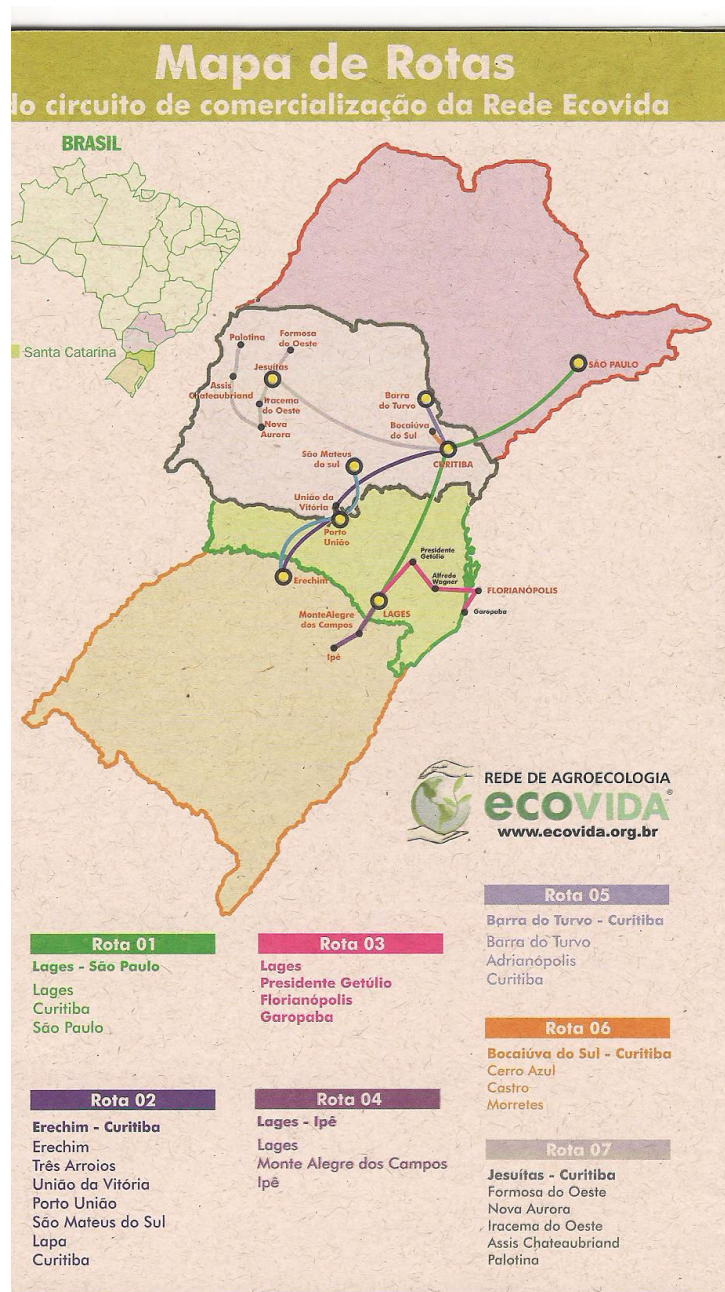


FIGURA 11. Mapa de rotas do circuito de comercialização da Rede Ecovida.

Fonte: Folder da Cooperativa Ecoserra.

Dessa forma, este circuito da Rede Ecovida é a principal expressão do circuito agroecológico na região sul do Brasil. Percebe-se nesse circuito alguns dos significados compartilhados, principalmente os da agroecologia e da economia solidária, e dos meios de troca, bem como a organização de rotas que extrapolam as vendas diretas, no sentido mais comum do termo. Agora vamos ver como os produtores agroecológicos de São Joaquim entraram nesse circuito e como se relacionam ao circuito orgânico.

3. Entrando nos circuitos

Nessa seção vamos discutir na situação concreta que estudamos o paradoxo a que se refere Viviana Zelizer (2005), resultado da separação ideológica e moral provocada

pelo raciocínio dos mundos hostis. Isso porque, apesar do circuito agroecológico ter sido o primeiro e o principal circuito no qual os produtores de maçã agroecológica de São Joaquim entraram, foi também a partir de onde acessaram o circuito orgânico. O paradoxo aqui é que enquanto o circuito orgânico é caracterizado moralmente como o circuito do mercado e, portanto, o circuito impessoal, da racionalidade instrumental, e o circuito agroecológico, o da solidariedade, na vida concreta as práticas desafiam esses raciocínios de mundos hostis.

Para desvelar essa situação, um começo interessante é considerar as conexões que se estabeleceram, em diferentes momentos, entre os produtores de São Joaquim e os consumidores finais. A criação da Econeve foi seguida pela abertura de uma loja no centro do município de São Joaquim. Com essa loja foi experimentado um contato direto com os consumidores, no próprio município de São Joaquim, com a venda de diversos produtos, como nos conta Dona Mariana.

Ela [a Econeve...] fez um nome... [...] ela tinha uma lojinha que vendia muito bem. E o nosso produto também ia longe, através dessa Econeve né... nós também comprávamos produtos de fora... salame, vinho... muitos produtos orgânicos também vinham né... muita coisa de Antonio Prado.

Pode-se dizer que as vendas realizadas em São Joaquim fazem parte do circuito agroecológico. Mesmo os “produtos de fora”, como salame e vinho, que chegavam até a loja da Econeve em São Joaquim faziam parte desse circuito, que em grande parte era intermediado por outra cooperativa, de abrangência regional, a Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana – Ecoserra. Como mostrou Santos (2006b), a Ecoserra foi criada em 1999 pelo Centro Vianeí e os grupos por ele assessorados na região, quando avaliaram que era necessária uma cooperativa para efetuar a compra coletiva de insumos agroecológicos. Assim, relata Natal Magnanti.

Lá bem no início da Ecoserra, em 99, ela começou trabalhar com... o forte dela era insumos. Tinha uma dificuldade aqui na região, pra produção. Por exemplo, “ah, vamos fazer uma carga de fosfato natural”, “vamos comprar semente”, de adubo verde, por exemplo.

Foi então que a Ecoserra surgiu como um importante intermediário dos produtos dos agricultores agroecológicos de toda a região, não apenas de São Joaquim, que eram articulados pelo Centro Vianeí em

[...] ações relacionadas ao crédito rural, através das cooperativas de crédito, à agroecologia, com os grupos e associações ecológicas, à educação rural, com as casas familiares rurais, ou à mobilização organizacional-política, com os sindicatos, associação de moradores, universidades entre outras (SANTOS, 2006b, p. 40).

Como mostrou Santos (2006b), no trabalho com os grupos da região, desde 1989 o Centro Vianeí discutia a comercialização, sendo que a idéia de comercialização direta foi sempre defendida como a mais importante. O mesmo grupo paralelamente desenvolvia ações de comercialização direta com consumidores, com destaque para a feira do Bairro Coral em Lages, que agregava os principais produtos agroecológicos da região, exceto a maçã que tem pouca saída no mercado regional (SANTOS, 2006b).

Porém, esse circuito agroecológico de venda direta foi aos poucos se mostrando insuficiente, não apenas porque a produção aumentou, mas também porque produtos como a maçã e a cebola têm pouca saída no mercado regional, em relação às quantias produzidas, como relata Natal.

Daí, depois se chegou a conclusão de que não era só os insumos o problema. O pessoal já tava produzindo um volume considerável que as feiras já não davam conta, o mercado local não dava conta. Bom, vamos vender pra fora, sim. Aí a Ecoserra na época tinha um convênio com o Centro Vianeí e a gente destinou um técnico aqui da entidade pra fazer o trabalho de comercialização [...]. Fez essa relação, foi até São Paulo, conversou com o pessoal lá, com os atacadistas, foi feita uma missão. O presidente da cooperativa do Cerrito e mais uns dois ou três, lotaram um carro.

Nesse primeiro momento os produtores agroecológicos de São Joaquim faziam as vendas através da loja da Econeve. A intenção inicial não era fazê-las necessariamente com o intermédio da Ecoserra. Como relata Seu Antenor, a própria Econeve tinha contato com compradores localizados em Curitiba e São Paulo, que embalavam e revendiam para outros pontos de venda.

[...] acho que tinha 4 a 5 compradores. E depois, a gente um dia teve a oportunidade de ver o balancete, acho que tinha 4 ou 5 compradores.

Esses compradores foram conhecidos principalmente nos eventos e cursos dos movimentos de agroecologia, dentre os quais o próprio ENA, mas também viagens aos municípios de Ipê e Antonio Prado e à Botucatu/SP. E, também, eventos do movimento social mais geral, como o Fórum Social Mundial. Novamente, nesse processo, se vê no trecho da entrevista de Dona Mariana, o técnico da Epagri Elvio Peruchi era o principal articulador.

E o Peruchi era muito assim... o Peruchi era muito articulador sabe. O Peruchi era muito cara de pau, muito disposto, ele era um sonhador. [...] Só que ele daí, através da Epagri tinha chance de ir nesses congressos, Fórum Social [*Fórum Social Mundial em Porto Alegre*] também, tinha mais chance, sabe. Tinha folder, tudo, e ele era de distribuir sabe, ele não era de ficar parado. Ele distribuía, ele falava, era todo empolgado. Então, ele foi uma peça fundamental pra divulgação. Onde ele ia, ele divulgava.

No entanto, com a Ecoserra foi construída uma estrutura para operar as vendas dos produtos da região. Vale lembrar que, nesse momento, o Centro Vianeí e a Cresol São Joaquim estavam em parceria atuando diretamente junto à Econeve nos cursos, viagens e na liberação de técnicos, mencionados do capítulo anterior. Na montagem dessa estrutura destaca-se o projeto *Agricultura Tradicional e Agroecologia: da subsistência à inclusão Econômica e Social*, financiado pelo Pronaf Infra-estrutura (SANTOS, 2006b).

Através dele, a cooperativa teve recursos para construção de um galpão e para a instalação de uma câmara fria, assim como para a compra de um caminhão e de um veículo menor, aquisição de material de escritório (computador, *software*, impressoras, aparelho de telefone, mesa...) e outros equipamentos como balança, seladora, fax, etc. (SANTOS, 2006b, p. 48).

Esse projeto havia sido aprovado no quadro da política de desenvolvimento territorial do MDA para a região. De acordo com Cazella e Búrigo (2008), em 2004, no território Planalto Catarinense, o único pleito que se enquadrou nos pré-requisitos do MDA foi o referido projeto, que os autores identificaram como *Arranjo Agroecológico*, articulado pela Ecoserra e pelo Centro Vianeí, e que recebeu R\$140.000,00 para a concretização de parte da estrutura mencionada anteriormente. Para os autores, apesar da importância sócio-política do projeto, o grau de inserção direta de suas ações é reduzido, pois são apenas 26 grupos e 250 famílias envolvidos. Ainda segundo os autores, somadas as contrapartidas locais e as emendas parlamentares, articuladas pela delegacia regional do MDA, o arranjo agroecológico contou com R\$240.000,00 para a construção de infraestrutura⁶.

Conforme notaram Cazella e Búrigo (2008), não foram incluídos nessa ação de desenvolvimento territorial atores que historicamente se encontram em campos políticos separados do qual está o Centro Vianeí, como por exemplo, a Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL). Com isso, percebe-se que a estrutura organizada a partir da Ecoserra e do Centro Vianeí para o impulso da agroecologia é nitidamente recortada pelas resoluções ideológicas e morais desses atores, que encontram espaço na política de desenvolvimento territorial do MDA.

⁶ Para uma análise mais aprofundada da constituição do território Planalto Catarinense e das políticas então implementadas com relação ao desenvolvimento territorial ver Cazella e Búrigo (2008). No entanto, vale observar que os autores analisaram que não houve a constituição de uma articulação territorial significativa, no sentido de envolver atividades agrícolas e não agrícolas, predominando as ações vinculadas a agroecologia. Para os autores, isso já havia vigorado na definição do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) Campos de Lages, coordenado pelo Centro Vianeí em 2004. Em síntese, os autores argumentam que vigorou um viés agrário nessas ações territoriais, onde foram privilegiados agricultores familiares que não são os atores sociais mais empobrecidos da região.

Desse modo, apesar da Econeve ter construído contatos, a primeira venda para fora de São Joaquim, na safra 2004/2005, foi toda feita com o intermediário da Ecoserra. Com isso, o bloco de organizações dos movimentos sociais constituídos em São Joaquim em torno da agroecologia concretizava sua primeira relação de mercado para fora do circuito agroecológico, com um produto da produção agroecológica, a maçã.

Com o mercado atacadista de São Paulo estabeleceu-se o vínculo mais notável dos produtores da região que integraram inicialmente o circuito agroecológico com o circuito orgânico. Uma das principais exigências para negociar com esses atacadistas é a necessidade de certificação por auditoria. Segundo Santos (2006b) se estabeleceu uma divergência entre o Centro Viane e a Ecoserra, pois a direção da mesma estava priorizando o mercado atacadista de São Paulo, enquanto o Centro Viane preferia o mercado de venda direta. Segundo a autora, enquanto o mercado atacadista de São Paulo para os agricultores é um potencial de comercialização e de garantia de preços para os seus produtos, para os profissionais do Centro Viane esse mercado estimula a especialização em monoculturas (como a própria maçã e a cebola) e as rendas daí provindas atendem um número pequeno de produtores.

Contudo, no caso da relação entre os produtores da Econeve com a Ecoserra, vemos que essas diferenças são mais difusas. Isso pode ser visto a partir da primeira venda, que foi tumultuada por problemas de perdas dos produtos e por problemas com os pagamentos. Assim, relata Natal.

Começaram a discussão, é ou não é, e as primeiras cargas que foram pra lá, foram em caminhão aberto, foram com lona, estragou, deu perda de 30 a 40%, dependendo do produto. [*Foram meio no escuro, pra descobrir como é que era?*]. Isso aí mesmo. Mas, isso foi uma decisão tomada pela decisão da cooperativa. “Oh, vamos construir esse mercado, vamo. Então vamo”. “Vamo mandar brócolis, vamos”. Brócolis enlonado, dois outros dias na estrada, sendo que o caminhão era terceirizado inclusive. Imagina o que deu né. Mas, foi uma decisão tomada e foi executada. [*O técnico não está mais aí?*] Não, inclusive deu problemas sérios por causa da comercialização com ele. Rolos das maiores aí.

Um “rolo” nesse sentido se refere a origem de um desentendimento na relação entre a Ecoserra e a Econeve, que tem as causas difíceis de serem precisadas e que aponta para conseqüências diversas. As causas alegadas pelos entrevistados são devidas a problemas nos pagamentos, a problemas de administração, a problemas com as perdas dos produtos e a desconfiança com a pessoa que era responsável pelas vendas na época. As conseqüências foram a diminuição das vendas para a Ecoserra na maioria dos casos, e em um dos casos, um produtor deixou de vender para a mesma.

É importante assinalar que nesse período também a loja da Econeve esteve diante de problemas de administração, que resultaram no seu fechamento, como nos relata Dona Mariana.

Vendia bem em São Joaquim [...] só que não tinha controle, era solto. Foi, foi que deu em nada, deu um rombo enorme, sabe. Mas os sócios, daí seguraram a barra, pagaram todas as despesas,. [...] E aonde então ela teve que fechar a lojinha né. E é uma pena. Muita gente depois procurou a lojinha e nós não tínhamos mais. Então ficou só o nome da cooperativa pra vender a maçã, porque todo mundo já tava produzindo mais maçã, onde a gente ficou só pra venda da maçã.

Os problemas de administração resultaram em prejuízo, como relata outro entrevistado, Renato da Costa.

[...] eu diria que era um mau negócio. Foi feito alguns levantamentos e concluiu-se que a loja dava prejuízo. Então, eu fui um dos incentivadores dali pra fechar.

Assim, o insucesso da primeira tentativa de venda direta ao consumidor, no município de São Joaquim, marcou também um novo momento nas vendas indiretas e na diferenciação dos circuitos. Até então, era através da loja da Econeve que se faziam as vendas para compradores. Dali para frente, na prática a Econeve deixaria de existir. Vejamos o que diz Renato.

[...] a Econeve, na verdade ela não funciona, a Econeve só tem o nome, juridicamente constituída, mas não funciona. Ela existe, tem o grupo, mas nós produtores de maçã somos 8, que estamos dentro da Econeve, mas a Econeve não funciona.

Na prática, passaram a existir apenas os “grupos”, que ora são vistos de um modo e ora de outro. Um dos nossos entrevistados, por exemplo, na sua classificação, não fez parte do grupo político, mas do grupo da produção:

Eu na verdade nunca participei ativamente dos movimentos políticos. Sempre cumpri minha obrigação de eleitor, só. Então eu via a movimentação dentro do PT e... os outros, quase todos, eu não sei o Antenor, mas deve ser porque a Dona Mariana também é. (...) o Marcos não sei. O Amadeu, o Silvio, Dona Mariana, esses são pessoas assim integrantes da cúpula aí do PT [risos]. Bom, eu comecei entrar ali no sistema produtivo e comecei fazer parte do grupo de produção, mas não do grupo político do PT.

É útil tomar a classificação em grupo de produção e grupo político para analisarmos a relação dos produtores com os circuitos, desde a primeira venda no circuito orgânico. Como mencionamos anteriormente, as conseqüências do “rolo” ocorrido na primeira venda foram da diminuição da venda da produção via Ecoserra até o encerramento das negociações com a mesma. Porém, a Ecoserra é a conexão fundamental com o circuito agroecológico, que a partir de 2006 estruturou-se com mais amplitude no Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Desse modo, o tipo de relação

que se manteve com a Ecoserra depois da primeira venda e depois da dissolução prática da Econeve passou a determinar o tipo de relação dos produtores com os circuitos.

Em nosso entendimento, os que estão vinculados ao grupo da produção e ao grupo da política ao mesmo tempo, vendem suas maçãs tanto no circuito agroecológico quanto no circuito orgânico. As vendas no circuito agroecológico estão de certa forma ainda numa seqüência de problemas que vêm desde a primeira venda. O problema principal é o atraso no pagamento, mas envolve outros que tangem a administração e os preços. Mas, esses produtores, que estão vinculados aos dois grupos ao mesmo tempo, preferem negociar pelo menos parte de sua produção com a Ecoserra para manter a mesma em funcionamento.

O envolvimento no grupo político, mesmo que com intensidades diferentes, parece provocar o estabelecimento de uma distinção nas fontes do dinheiro e a maneira como o mesmo é usado (ZELIZER, 1989). Isso ajuda explicar a manutenção das relações com a Ecoserra por parte daqueles que estão envolvidos com o grupo político. É preciso observar as diferentes intensidades de participação no grupo político. Por exemplo, Renato da Costa, que diz não participar do grupo político do PT, pode ser considerado participante do grupo político com menor intensidade, pois chegou a participar da direção da Ecoserra, embora não se envolva nas demais organizações. A distinção que o mesmo faz no dinheiro que provém da Ecoserra é a seguinte:

É uma questão social. Porque se nós avaliarmos... nós até perdemos bastante por fazer a venda via Ecoserra. Porque, veja bem, de 2,50 pra 3,25⁷ são 0,75 centavos que tem de margem. Então se eu considerar 2,50 pra 0,75, são 30%. É um valor considerável. [*E quanto o senhor entregou pra Ecoserra; quanto que isso dá mais ou menos, o percentual em relação ao que vende fora da Ecoserra.*] O percentual hoje... devo ter entregue uns 12 % pra Ecoserra. E o motivo assim de eu não entregar mais são questões de pagamento da Ecoserra [...] Eu tenho 1,1ha. Eu produzo na média 40 toneladas.

Baptista (2007) propôs a existência de uma etiqueta específica para que o dinheiro esteja presente no domínio na religião sem causar problemas. O autor verificou que nos atendimentos de pais-de-santo no camdomblé, o pagamento pelo serviço era feito com a colocação do dinheiro em determinado ponto onde o mesmo era feito. Nesse caso, parece que estamos diante de uma etiqueta ao contrário, a ausência de uma determinada quantia de dinheiro, que poderia ser conseguida se o produto fosse vendido para outro comprador. Mas, no fundo, isso está mais para uma dívida, como vemos no seguinte trecho da entrevista de Renato.

⁷ R\$2,50 foi o valor recebido nas vendas realizadas via Ecoserra na última safra 2008/2009, enquanto 3,25 foi o preço pago pelos demais compradores, dos mercados atacadistas de São Paulo e Curitiba.

Eu diria que eu faço questão que a Ecoserra sobreviva, não por nós aqui. Mas pelo outros agricultores que dependem exclusivamente da Ecoserra. Tanto o pessoal aí da região de Bom Retiro, de Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, São José do Cerrito. Se não tiver a Ecoserra o pessoal vai entrar em dificuldade, pois vendem toda a produção deles pra Ecoserra.

Já em outro caso, um envolvimento maior com o grupo político, pode ser considerado participar do grupo político do PT. Por exemplo, Amadeu, que hoje é vereador municipal, praticamente deixa a venda de sua produção a cargo de outras pessoas do grupo. Resolveu não negociar mais com a Ecoserra porque chegou ao limite de não receber o produto vendido na safra anterior.

[Vocês são associados da Ecoserra?] Somos associados. *[Houve algum problema de administração, de...]* Com certeza, de administração. O que é que aconteceu, o que é que deu: os agricultores acabaram perdendo. Isso não foi a primeira vez. Isso aconteceu outras vezes. Esperava que isso fosse acertando, amenizando e não aconteceu isso. Este ano daí eu preferi não mandar meu produto. Pelo primeiro ano. Aí quem fez a venda este ano foi também através do Silvio e do Renato . O Renato que fez uma parte da venda da minha fruta este ano.

Seu vínculo com a Ecoserra chegou ao ponto de romper a relação de comercialização. Mesmo deixando de negociar com a Ecoserra, pode-se dizer que quem o conecta com o circuito agroecológico são seus companheiros de grupo, que fazem sua venda. Vale ressaltar que essa conexão não se dá necessariamente com a venda direta no circuito agroecológico, pois ele não tem certeza de onde o seu produto é comercializado. Porém, é provável que sua produção seja comercializada em ambos circuitos, passando ou não pela Ecoserra depois que está nas mãos de seus colegas. A conexão mais evidente com o circuito agroecológico nesse caso não é distinção da fonte do dinheiro, mas sim do uso que é feito do dinheiro proveniente da produção agroecológica. A mesma aparenta estar vinculada fortemente à construção do projeto da agroecologia, pois não tem uma relação objetiva com os ganhos necessários para sua manutenção na atividade.

[Pra onde venderam a maçã?] Da nossa esse ano aqui eu sei, por exemplo, maçã indústria, a grande maioria foi pra indústria e faltou maçã. Foi pra uma empresa aqui no Rio Grande, aqui pertinho, perto de Ipê, Flores da Cunha. Foi pra São Paulo, foi aqui pra uma cidade... Jaraguá do Sul. Teve mais um comprador. Sei que tinha 4 compradores, todos de maçã indústria, orgânica, esse ano. Então faltou maçã. Então eu acredito no sucesso da agroecologia. *[Pra indústria está ainda a sessenta centavos.]* Sessenta centavos. *[Você tem um cálculo de custo, assim, mais ou menos?]* Não tenho esse cálculo. Não tenho porque a produção foi muito pequena. *[Digamos assim...]* É a produção foi muito pequena, depende muito da produção. Quando a produção dá alta produtividade o custo de produção vai lá em baixo, quando dá pequeno o custo vai lá em cima. *[Não tem uma idéia se deu lucro essa ano?]* Com certeza não. Entre indústria e produção total fechei em 10 mil reais este ano. O que é 10 mil reais dividido em 12 meses? Não tira a despesa. Nada. *[Mais despesa...]* Muito mais despesa, então. *[Mas, você pretende continuar?]* Pretendo

continuar. Acredito no projeto. Acredito que vai dar certo ainda. Se tiver investimento em pesquisa, vai dar certo. Tem tudo pra dar certo.

Combinado ao nível de participação no grupo político, outro recorte que precisa ser feito é relativo às relações de gênero. Aqui outra formulação de Viviana Zelizer (1989) é importante ser considerada. Ela verificou que no caso da “mulher casada, seu dinheiro estava rotineiramente situado à parte do dinheiro real, por uma mistura complexa de idéias sobre vida familiar, por uma mudança na estrutura de poder de gênero, e pela classe social” (ZELIZER, 1989, p. 367-368 [tradução nossa]). Este parece ser o caso de um produtor que deixou de entregar a produção para a Ecoserra logo no primeiro problema de atraso no pagamento.

Ele nunca fez parte do grupo político, mas sua esposa sim. Em nosso entendimento, por ele ser o responsável pela produção, sem participar do grupo político, no primeiro problema de pagamento decidiu não mais negociar sua produção via Ecoserra. Desde então sua maçã é negociada exclusivamente no circuito orgânico, apesar de sua esposa ter ocupado nesse período um posto de destaque em uma organização dos movimentos sociais de São Joaquim. A Dona Mariana, como é comumente conhecida, participa na Cresol São Joaquim e até as eleições municipais de 2008 poderia ser considerada do grupo político do PT, ou seja, tinha um alto nível de participação no grupo político.

Ainda foi vendido no ano passado pra Ecoserra, Renato, Carlos... Silvio achou que entregou uma parte também. [*Vocês não entregaram mais?*] Não, esse ano não entregamos um quilo. [*Pra Ecoserra, mas pra outros sim, pra...*]. [...] Esse ano eu vendi a maçã boa tudo pra Curitiba. [*Pra Ecoserra não mais por causa desse problema de pagamento...*]. [...] Porque como surgiu esse outro lá... E como absorveu toda a produção. [*Mas vocês não achavam importante mais negociar com a Ecoserra?*] Não. Porque daí como surgiu outro comércio e era mais... atrasa também mas sempre paga.

Esses três exemplos são significativos para ilustrar a relação dos produtores de São Joaquim com os circuitos agroecológico e orgânico. Vale observar que todos participaram e a maioria ainda participa dos dois circuitos ao mesmo tempo. Esse fato foi notado por um dos entrevistados, Silvio da seguinte maneira.

Pra mim não tem diferença. Só que existem as linhas, né. Então nós seria agroecológico, porque tem o pessoal mais ligado a Ecovida. Então por isso que nós tratamos a relação com a agroecologia. Mas, a certificação que nós fizemos com a Ecocert é orgânico, não é agroecológico. Então, é só uma questão de palavras, mas é tudo a mesma coisa. [*Então agroecológico vem mais desse vínculo com a Ecovida?*] Exatamente. Por que a produção ecológica segue várias linhas. Daí tem a agroecológica, orgânico, biodinâmico, natural. Mas, é tudo é ecológico. [*Tudo ecológico. Mas, assim, em termos de produzir, vocês produzem orgânicos e agroecológicos do mesmo jeito?*] É, a mesma forma. Tem quem diga que orgânicos trata daquelas em grandes propriedades, trabalha grandes

extensões, monocultura. Mas não é bem assim. É questão das linhas verdes. *[Então, vocês produzem maçã que tanto faz chamar de orgânica ou de agroecológica?]* É. Até, na verdade, nós fizemos uma caixa para embalar as maçãs pra vender. Maçãs da cooperativa Econeve. “Maçãs orgânicas, produção agroecológica” [risos]. Porque aí tem uns que entendem que é agroecológico, outros entendem que é orgânico. Então a gente colocou as duas coisas... Tem gente que confunde orgânico com transgênico.

Um detalhe a ser observado é que o produtor que deixou de vender no circuito agroecológico é o único que tem ensacado todas as frutas como forma de evitar a mosca-das-frutas. Os demais ensacam apenas uma pequena parte, sendo que uma boa parte da produção não é ensacada e tem sido comercializada, principalmente para a industrialização na forma de vinagre. Em todos os casos, os preços obtidos tem sido no mínimo o dobro do que o máximo que é possível ser alcançado com a venda de maçã convencional. Mas, como procuramos discutir, estes produtores têm seus ganhos diretamente ligados à suas relações com a luta política.

4. Conclusões

Podemos inferir que aos produtores de maçã de São Joaquim, vinculados aos movimentos de agroecologia, uma questão estava colocada: de que maneira é possível realizar a produção no mercado? Vimos que estes produtores estão inseridos em um quadro mais amplo da institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia. Essa institucionalização os coloca diante da atuação no mercado. No caso da agroecologia essa atuação se dá fundamentalmente na criação de um circuito, que extrapola os limites locais e regionais, onde se procura fazer vigorar os princípios da mesma. Mas, na vida prática, vimos que os produtores de maçã agroecológica também se relacionam com outro circuito, o orgânico.

Isso, de acordo com Zelizer (2005) é um paradoxo que está fundamentado em uma separação entre mundos hostis que orientam a ação. Ou seja, atuação nos diferentes circuitos é um paradoxo, pois põem em questão os princípios que os separam. Para a autora, ao invés de separados, os princípios de solidariedade por um lado e de racionalidade instrumental por outro, estão presentes ao mesmo tempo nas mesmas relações.

No caso dos produtores de São Joaquim destacamos que uma maneira de diferenciar os circuitos é através da distinção na fonte do dinheiro e outra é através na maneira de usar o dinheiro. Através dessas práticas os produtores ordenam sua atuação em um e em

outro circuito. Essa questão foi perceptível numa situação de tensão na relação de pagamento das vendas feitas via cooperativa Ecoserra.

Para os produtores de maçã agroecológica o trabalho na produção está intimamente relacionado ao trabalho político. Mesmo que isso seja feito em graus diferenciados de envolvimento e, como notamos permeados por relações de gênero, trabalhar com a agroecologia envolve uma combinação de trabalho político com trabalho na produção. Essa combinação envolve ganhos incertos; ora se pode obter prejuízo total, ora se pode obter bons lucros.

No entanto, prejuízos e lucros, termos da ciência econômica, não são necessariamente o que determinam a permanência dos produtores na produção agroecológica. É claro que sucessivos prejuízos podem fazer (como fizeram, de fato, com muitos daqueles que tentaram produzir) os produtores desistir da produção agroecológica. Porém, a determinação desses produtores a continuar ou não com a produção está menos ligada com o prejuízo ou com o lucro do que com outros fatores. Ou melhor, estes estão sempre relacionados aos demais.

Por isso, não podemos tomar como segura a idéia de que uma escolha dessas pode seguir um cálculo racional/instrumental. Como procuramos discutir, mais do que uma escolha entre prejuízo e lucro, está em questão a relação que os produtores estabelecem com o mercado, que se dá em dois circuitos. Ou seja, não consideramos um circuito mais mercantil, impessoal, instrumental do que outro. Pelo contrário, vimos que um retro-alimenta o outro.

Desse modo, seria impensável considerar a existência da produção agroecológica de maçã sem a participação dos agricultores no circuito orgânico e vice-versa. Isso não quer dizer que não existam os produtores racionais e instrumentais. Mas, quero dizer, com isso, que não os encontraremos apenas entre os produtores orgânicos. É preciso considerar que também os produtores vinculados aos movimentos de agroecologia, mesmo aqueles que vendem em feiras locais, também fazem seus cálculos.

Agora, também não podemos ver isso como uma relativização absoluta. Para tirar algumas conclusões mais profícuas, podemos dizer algo com base nas informações que levantamos nessa pesquisa e nas reflexões desenvolvidas. A atuação dos produtores em movimentos tende forçosamente a criação de condições para que se estabeleçam modos de produção, aperfeiçoamento de técnicas, rotinas comuns de organização da produção, conquista de estruturas para a organização da produção, criação de canais de comercialização, sentidos e códigos de negociação.

Mas, o que vimos é que essas condições criadas pelos produtores vinculados aos movimentos são diminutas em relação às facilidades que os padrões criados pelas grandes empresas têm para se estabelecer. Os padrões são entendidos quase como “naturais”, ou em outros termos, são facilmente entendíveis e organizáveis, pois estão mais incorporados pelas pessoas. Essas questões são muito instigantes. O que procuramos apontar aqui é como a atuação dos movimentos nos mercados pode proporcionar algumas novidades interessantes, como são os circuitos que em que os produtores de São Joaquim se envolvem. Mas, outras miradas sobre este debate, e sobre outras questões podem aprofundar a compreensão do fenômeno.

5. Bibliografia

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 29-40, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

ARL, V. Uma identidade que se constrói em rede – Rede Ecovida de Agroecologia. *Caderno de Formação 01*. Lapa/PR, julho de 2007.

BAPTISTA, J. R. de C. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. *MANA* 13(1): 7-40, 2007.

BYÉ, P; SCHMIDT, V. D. B; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 81-93, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

CAZELLA, A. A; BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano XV, Jan./Jun. de 2008, p. 5-30.

FONSECA, M. F. de A. C. A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. *Tese de doutorado*. Seropédica: UFRuralRJ. ICHS. CPDA. 2005. 476p.

GARCIA, M. F. Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano. *Tese de doutorado*. PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro. 1984

GENDRON, C; BISAILLON, V. e OTERO, A. I. The Institutionalization of Fair Trade: More than Just a Degraded Form of Social Action. *Journal of Business Ethics* (2009). 86: 63-79.

GRANOVETTER, Mark. 1985: Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology* 81 (3): 489–515.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 5, n. 2, p. 26-29, jun. 2008.

MEDEIROS, L. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. IN: GIARRACA, N. (ORG.) *Una nueva ruralidad en America Latina?* BUENOS AIRES: EUDELA/CLACSO, 2001.

- OLIVEIRA, V. L. de. "Usando máscara e fazendo vista grossa": a agricultura ecológica e sua dimensão moral. *Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 32-52, jan.-jun. 2008.
- RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 133-164, jan./jun. 2009.
- SANTOS, L. C. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecológica de Agroecologia no Sul do Brasil: limites e desafios. In: LOVATO, P. E; SCHMIDT, W (orgs). *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local*. Chapecó: Argos, 2006a. 151p.
- SANTOS, H. L. dos. Construção Social de Mercado Orgânico: O caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense. *Dissertação de mestrado*. Agroecossistemas UFSC. Florianópolis, 2006b.
- SCHMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001, p. 62-73.
- SCHMITT, C. J. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. *Tese de doutorado* (Sociologia – PPGS/UFRGS), 2003, 345p.
- ZELIZER, V. The Social Meaning of Money: "Special Monies". *American Journal of Sociology*, Vol. 95, No. 2 (Sep., 1989), pp. 342-377
- _____, V. Circuits within capitalism. In V. Nee, & R. Swedberg (Eds.). *The Economic Sociology of Capitalism*. 2005. (pp. 289–321). Princeton: Princeton University Press. 2005.
- _____, V. Circuits in economic life. *economic sociology_the european electronic newsletter*. Volume 8, Number 1, November 2006. p. 30-35.
- WILKINSON, J. J. Fair trade: dynamic and dilemmas of a market oriented global social movement. *Journal of Consumer Policy*. Special Issue. Vol. 30, Number 3, September, 2007.